



Anais da Assembléia

Nº 129

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE SETEMBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kliese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zarfusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Trajano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 89.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 1993
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix e Rossoni (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Costenaro Neto, Carlos Simões, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Domingos Carvalho, João Preis, Mário Bezerra, Paulo Maia e Toti Colaço (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para registrar a presença do Vereador Samuel do Carmo, aqui na Assembléia, da cidade de Guaraqueçaba.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrada. Em discussão a ata. Em votação. Aprovada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Solicito a verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A me-

sa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)
19 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Emenda:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º - Acrescentam-se ao art. 179 da Constituição do Estado do Paraná dois novos parágrafos, como seguem:

§ 6º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 179, inciso IX serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 7º - Os programas suplementares de material didático-escolar e transporte escolar poderão ingressar no cálculo previsto no art. 185 até o limite de dez por cento, devendo a despesa excedente ser financiada com outros recursos orçamentários.

Sala das Sessões, em 23.09.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Erondy Silvério, Lourenço Fregonese, Neivo Beraldin, Geraldo Cartário, Antônio Annibelli, João Iensen, Algaci Túlio, Namir Piacentini, Emilia Belinati, Ovídio Constantino, Nereu Alves de Moura, Cleiton Kielse, Plauto Miró Guimarães, Duílio Genari, Ernani Pudell, José Alves e Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda Constitucional faz adequar a Constituição Estadual aos termos do art. 212, § 4º da Constituição Federal e limita o percentual de ingresso dos programas suplementares de material didático escolar e transporte escolar no orçamento educacional.

Decorre do art. 212, § 4º da Constituição Federal que os programas complementares da alimentação e assistência à saúde devem ser financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos suplementares, segurança jurídica que deve expressamente constar do texto estadual. De igual modo, a fim de que o orçamento educacional não sofra perda para a consecução das atividades de natureza-fim, limita-se a dez por cento a possibilidade de ingresso dos programas suplementares de material didático escolar e transporte escolar no orçamento educacio-

nal.

O escopo fundamental da presente Emenda consiste em, a um só tempo, manter o texto recente reformado e manter íntegra, no fundamental, a histórica conquista constitucional de aplicação pelos Municípios de um mínimo de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos nas atividades últimas de educação.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a Preferência para a discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 044/91 constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, requer, ainda a Votação Nominal para o referido Projeto.

Sala das Sessões, em 23.09.93.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3651

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja adiada por 02 (duas) Sessões a Proposição nº 045/93 - Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 183/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 23.09.93.

(a) ERNANI PUDELL

Apoiamento: Doutor Rosinha e Ovídio Constantino.

REQUERIMENTO Nº 3623

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de Voto de Pesar, pelo falecimento, a 30 de agosto do corrente ano, do Doutor Horst Ingo Kilian, amigo particular e sempre lembrado do signatário.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário seja cientificada a família enlutada, na pessoa do filho do falecido, Doutor Frederico Otto Leodegar Kilian, na Rua Augusto Stresser, 885, Juvevê, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23.09.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3624

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Mário Ceni, e que seja dado conhecimento desta proposição aos

seus familiares.

Sala das Sessões, em 23.09.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

Chopinzinho perde um de seus filhos mais ilustres.

Trata-se de Mário Ceni, um pioneiro que acreditou no progresso, na força e potencialidade do município.

Lutou incansavelmente para levar o desenvolvimento àquela cidade e proporcionar ao seu povo uma melhor qualidade de vida.

Extremamente dedicado e atento aos problemas que envolviam o município, foi eleito duas vezes prefeito, administrando aquela municipalidade com habilidade e competência num período difícil, conseguindo superar todos os obstáculos e assim impulsionando o seu crescimento.

Certamente Chopinzinho não seria o que é hoje, se pela sua história administrativa não tivesse passado esse homem sério, determinado e de coragem.

Sua liderança política o destacava no cenário político da região, por isso era respeitado e admirado pelos seus correligionários e opositores.

Mário Ceni se foi, mas deixou gravada a sua imagem na memória dos seus amigos e do povo por quem sempre se preocupou e defendeu, e o seu exemplo de trabalho fica materializado nas obras erigidas sobre o solo da terra que tanto estimava.

É insubstituível, deixará saudades, mas não se esqueceu de deixar na pessoa do seu filho Ênio Ceni, que hoje governa o Município de Chopinzinho, os ensinamentos que aprendeu durante a sua vida, cujo legado continuará a trazer àquela sociedade o progresso e o desenvolvimento tão merecido e por Mário desejado.

REQUERIMENTO Nº 3629

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa manifestando condolências pelo falecimento do Senhor Daniel Martinon, à sua família, em nome de Adela Martinon, Rua Marquês de Valença, nº 379, Jardim Presidente, Londrina, Paraná.

Sala das Sessões, em 23.09.93.

(a) EMILIA BELINATI

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk, Rossoni, Lourenço Fregonese, Cezar Silvestri e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

Canárias, em 2 de fevereiro de 1928, Daniel Martinon acabara de completar 65 anos de idade. Ainda moço, na Europa, ele já trabalhava como jornalista. Foi a possibilidade de vir ao Brasil para fazer a cobertura fotográfica da Copa do Mundo de

1958 que despertou nele a vontade de conhecer o país que se tornaria, poucos anos depois, sua terra do coração.

Se a viagem não deu certo em 1958, bastaram dois anos para que Martinon concretizasse seu sonho. Em 1960, aos 32 anos de idade, ele chegava à Bahia. Em seguida, passava por São Paulo, para finalmente se estabelecer em Londrina, em 1964. Ele também fora atraído pela explosão do desenvolvimento da cidade que era conhecida como a "Capital Mundial do Café".

Daniel Martinon jamais abandonou o ofício de registrar o crescimento de Londrina, cidade que presenciou seu casamento, por procuração, com a também espanhola Adela, em 1968, que ainda estava na Europa. Dois anos depois, em Londrina, o casal teve o único filho - Daniel Martinon Filho -, que herdou o nome do pai e também o seguiu no gosto pela arte de fotografar.

O jornalismo paranaense perde um de seus melhores representantes.

Durante mais de 20 anos, Martinon foi o responsável pelo Departamento de Fotografia da "Folha de Londrina", e teve marcante atuação em diversas empresas e entidades, como a Cacique de Café Solúvel - onde trabalhou desde sua fundação -, e a Sociedade Rural do Paraná, cobrindo as atividades de diversas diretorias.

Além disso, colaborou com inúmeras revistas e jornais.

Mas o fotógrafo Daniel Martinon certamente será sempre lembrado pela inestimável dedicação ao fotografar o perobal que abrigaria a Universidade Estadual de Londrina. O jornalista acompanhou, passo a passo, a construção da instituição de ensino superior, caracterizando-se como verdadeiro pioneiro. Aliás, Martinon completava, ao lado de outros dois funcionários da UEL, o seleto grupo de pessoas que estão na Universidade desde antes mesmo de sua fundação. O jornalista permanecia à frente do Laboratório de Fotografia, da Assessoria de Comunicação. Dali, ele expedia todo o material fotográfico utilizado para divulgação interna e externa da Universidade.

Esta brilhante carreira, no entanto, não será o único motivo da inapagável lembrança de Daniel Martinon entre todos que o conheceram. O espanhol das Ilhas Canárias, de que tanto se orgulhava, estará sempre na memória por sua alegria, determinação, apego à família e pelo companheirismo que estendia a todos que tiveram a sorte de, um dia, estar ao seu lado.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 532/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

Curitiba, quinta, em 23.09.93

D E C R E T A:

Art. 1º - Concede Título de Cidadã Honorária do Paraná à Senhora Carlota Rensi Meneghel.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.09.93.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Carlota Rensi Meneghel, nasceu em 1932, na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo. Veio para a cidade de Bandeirantes na década de 50, ali dando início a um intenso trabalho que muito tem contribuído com aquela comunidade.

Atuou ativamente na Associação de Pais e Amigos de Bandeirantes, APAE. É Diretora-Fundadora da Fundação Serafim Meneghel em caráter vitalício, Diretora-Presidente da Cooperativa dos Plantadores de Cana de Bandeirantes, e Diretora e proprietária da Rádio Yara FM e do Jornal Líder.

Participou também da Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, fazendo parte da diretoria desta instituição e de seu Diretório Acadêmico, o qual leva seu nome e onde é Benemérita.

Seu trabalho no campo da Ação Social também é marcante e digno de menção.

Ajudou a fundar o Serviço de Obras Sociais de Bandeirantes - SOS - em cuja presidência atuou durante muitos anos. Um de seus importantes trabalhos tem sido realizado à frente da Fazenda Doutor Leocádio José Correa, da qual é Diretora-Fundadora. Nesta Fazenda é feito o atendimento a 35 meninos carentes, na faixa etária de 07 a 15 anos de idade. Esta obra está em pleno funcionamento com a execução de vários projetos.

Portanto, a Senhora Carlota Rensi Meneghel, pelo grande trabalho que vem desenvolvendo em vários setores do Município de Bandeirantes, principalmente no da Ação Social, é sem dúvida, merecedora do Título ora requerido.

PROJETO DE LEI Nº 533/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada Vereador Júlio José de Souza (Julião), o trecho rodoviário que liga a sede do Município de Boa Esperança ao Distrito de Alto Palmital no mesmo município.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 23.09.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A intenção do presente plano de lei é prestar justa homenagem ao cidadão que de-

dicou sua vida ao bem e ao desenvolvimento de Boa Esperança e de seus munícipes.

Julião como era popularmente conhecido, desempenhou papel de importância na vida comunitária daquele município, contribuindo com seu trabalho pessoal e político.

Vereador eleito para cinco legislaturas consecutivas, foi Presidente da Câmara de Vereadores, tendo assumido ainda pelo período de 30 dias as atribuições de Chefe do Poder Executivo daquele município, vindo a falecer no ano de 1988, no exercício de mais um mandato de vereador.

Desenvolveu trabalho comunitário na área da saúde pública e do bem-estar de sua gente, granjeando grande número de amizades e de gratidão.

Tendo sido um dos responsáveis pela criação do aludido município, seria de grande importância para a sua gente a perpetuação de seu nome através da denominação do trecho rodoviário neste sugerido.

PROJETO DE LEI Nº 534-93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criada a Universidade Metropolitana de Curitiba sob regime de autarquia.

Art. 2º - A Universidade Metropolitana de Curitiba será constituída pela dotação de recursos da Educação Superior no Orçamento Geral do Estado, e se organizará progressivamente, em um programa de expansão gradual aproveitando como sede as instalações do extinto Colégio Militar de Curitiba e outras que tenham espaço e ociosidade.

Art. 3º - A Universidade Metropolitana de Curitiba (UNIMEC) terá sua estrutura física diversificada em prédios estaduais existentes, com sede e reitoria na Capital do Paraná.

Art. 4º - Fica criada Comissão Organizativa e Constitutiva da UNIMEC, composta de 7 (sete) membros, sob coordenação de um representante da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.09.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Com a instituição do ensino superior, a expensas do Estado, em Maringá, Londrina, Ponta Grossa, Cascavel, Cornélio Procopio, Palmas, Paranaguá e outras, não cessou a carência de melhor distribuição dos cursos superiores e não desapareceu o direito dos paranaenses de terem melhor acesso à educação universitária.

A omissão do Governo Federal, da sua

responsabilidade para com a formação universitária no Paraná acutila os governos democráticos para uma atitude lúcida e firme, no sentido de não transformar esse direito de acesso educacional em pendenga política, em entrecchoque político que procrastine os direitos democráticos. Daí a razão deste projeto de lei.

A Região Metropolitana de Curitiba abriga cerca de 1/3 da população do Estado e os estudantes filhos de famílias de baixa renda estão disputando vagas com vestibulandos de todo o país, na Universidade Federal do Paraná, e com todos os estudantes de alta e média renda, se e quando tentam obter uma vaga nas faculdades privadas.

Sabemos que a interiorização do ensino superior no Paraná, justamente quando se acelerava o êxodo rural, acabou obscurecendo a nova realidade social e cultural que se formava na Região Metropolitana de Curitiba, hoje com enorme e pouco avaliado déficit de vagas nas escolas de 3º grau.

Estamos tentando reparar essa situação, ainda que o Governo do Estado se lastime dos custos da educação superior estipendiada pelo Estado. Todavia, há coisas que como se diz é pegar ou largar; cumprir ou deixar como está.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente. No Grande Expediente Deputado Heinz Herwig por 30 minutos.

O SR. HEINZ HERWIG - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subo à tribuna hoje para falar sobre dois assuntos, um dos quais está na Ordem do Dia de hoje que é sobre o novo regulamento do transporte de passageiros no Paraná. Pena que o Deputado Neivo Beraldin não esteja presente para que possamos discutir sobre o assunto.

Nós como secretário dos transportes do Estado do Paraná que fomos durante dois governos, tivemos muito contato com esse assunto no Paraná. Propusemos, inclusive, naquela época quando era Governador Álvaro Dias, um novo regulamento para o transporte coletivo do Estado do Paraná.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer para quem não conhece que o transporte coletivo de passageiros no Paraná é de boa qualidade. Se compararmos e, nós estivemos visitando vários estados, se compararmos o transporte coletivo no Paraná com os outros estados até mais desenvolvidos do nosso País nós percebemos que o transporte do Paraná é de boa qualidade. Claro que ele poderá ser melhor.

E nós propusemos naquela época que algumas linhas que existem no Estado do Paraná ligando as principais cidades do nos-

so Estado, principalmente a ligação dos polos regionais com a nossa capital é que se poderia atender com mais de uma empresa. E essa era a nossa proposta na época, para que em linhas de grande intensidade, em linhas que existem muitos passageiros se pudesse fazer a concorrência benéfica em algumas dessas linhas. Essa era a proposta.

Volto a frisar, o serviço de transporte estadual de passageiros do Paraná é de boa qualidade.

O monopólio que todos apregoam por aqui não existe na verdade. O monopólio que se supõe que alguma empresa seja detentora de alguma linha e possa levantar ou dar o custo que a gente queira auferindo lucros maiores do que o possível, isso, naturalmente, todos sabem não existe no Estado do Paraná. Quem dá o preço no Estado do Paraná é o Departamento de Estradas e Rodagem através do DST. Isso tem que ser dito. O preço não são as empresas que fazem. E nós somos favoráveis a que existisse uma concorrência leal em algumas linhas, volto a frisar, que tem cidades grandes que permitindo ao passageiro que pudesse escolher entre uma linha mais barata, ou com ônibus melhor ou que atendes-se mais rapidamente. Esta é a concorrência que nós achamos salutar. Volto a afirmar que algumas linhas de grande intensidade de passageiros, não é possível colocar mais de uma empresa em uma linha, que por exemplo, tenha apenas um horário por dia, porque não existe meio ônibus e sim um ônibus inteiro.

Acreditamos nós que este Projeto ora em discussão nesta Assembléia, de um novo regulamento, é importante. Só que na nossa avaliação, se aprovado o Projeto apresentado pelo Deputado Neivo Beraldin, ao invés de melhorar o nosso transporte, que é bom, nós vamos piorá-lo de uma maneira muito grave.

Existe um item, particularmente, que nos preocupa muito - e os Srs. Deputados devem ter verificado isso - o artigo 5º diz: "O concedente estabelecerá o plano de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná, que será aprovado por decreto, atualizando-o a cada dois anos". Este, a meu ver é o grande problema deste Projeto. Não é possível que a medida que nós quisermos regulamentar o transporte de passageiros do nosso Estado, nós não tenhamos junto com o regulamento o Plano de Transporte, o Plano tem que ser anexado! É o Plano de Transporte que vai definir tudo. Não adianta fazer um regulamento da melhor maneira possível se o Plano que será executado por terceiros, pode apresentar o que ele quiser! Este Plano passa a ser dado apenas por decreto. Não adianta a Assem-

bléia Legislativa do Estado, pois a partir disso não terá mais nenhuma atuação sobre este Plano. É o Plano, volto a frisar, que define o que você vai fazer com o transporte coletivo, se vai colocar mais de uma empresa ou se não vai colocar. É isto o que nós gostaríamos de discutir, aqui.

Se uma linha, por exemplo, que tenha uma demanda de mais de 10 mil passageiros/mês, nós teremos que colocar mais de uma empresa ou não. Se este número é oito, seis, doze, quinze mil. Esta é uma discussão que nós achamos salutar. E isso só se conseguirá quando nós tivermos o Plano de Transportes junto com o Regulamento. As novas concorrências é que vão dizer isso. As concorrências são salutares, mas deve-se tomar cuidado para não estragarmos alguma coisa que hoje funciona a contento, no nosso Estado. A nossa preocupação é essa.

Nós gostaríamos de ter, junto com este Regulamento, o Plano de Transportes, para que pudéssemos, aí sim, avaliar. E ser aprovado por esta Assembléia, para que nós não estejamos a reboque, futuramente, por um decreto, apenas, que possa modificar totalmente alguma coisa que exista no nosso Estado do Paraná em termos de transporte coletivo.

O Sr. Valdir Rossoni (Aparte) - Deputado

Heinz, o Senhor foi Secretário de Transportes e eu, como Deputado, o que não consigo entender é que por interesse de empresas não possam ser criadas linhas no Estado do Paraná. Eu cito, por exemplo, nós temos uma rodovia construída já há mais de 10 anos, que liga União da Vitória, Bituruna, Pinhão e Guarapuava. E lá existem duas empresas: a Princesa dos Campos e a Reunidas, aonde a Reunidas vai até a barragem de Foz do Areia e a Princesa dos Campos vem até a barragem de Foz do Areia. E a população, enquanto isso, tem que descer do ônibus, com chuva ou com sol, tem que atravessar a barragem de Foz do Areia, andar a pé aproximadamente 1.500 metros para pegar outra linha. Já faz praticamente quatro anos que sou Deputado, venho trabalhando junto ao DSTC, e não se consegue colocar esta linha, enquanto isso a população permanece à beira da estrada por mais de quatro horas esperando o ônibus. Eu não entendo porque a Secretaria de Transportes não regulamenta essa situação e deixa com que a população, e tenho certeza absoluta que tem muitos casos como esse da região sul do Paraná que está acontecendo e que não é resolvido, e não é possível que isso continue porque quando o DSTC, ou a Secretaria dos Transportes concede a uma empresa para que se faça essa linha, União da Vitória a Guarapuava, pela

476, simplesmente a outra empresa interessada entra na Justiça e fica inviável que as empresas trabalhem nesta rodovia e que atenda aquela população. É isso que eu não consigo entender, e isso vem rolando há mais de quatro anos porque tenho cuidado disso com firmeza, mas infelizmente, não sei se é por falta de interesse do DSTC, ou se é por falta de regulamentação, o que eu não consigo entender é que quem está sofrendo não são as empresas de ônibus, mas sim a população que lá precisa desses ônibus diariamente. Obrigado pelo aparte.

O SR. HEINZ HERWIG - É Deputado Valdir Rossoni isso é um caso, não sei bem em que nível se encontra, mas de fato o DSTC poderá atuar em cima disso, claro que encontra-se na justiça; a justiça sobre a justiça o DSTC não pode regulamentar, se a justiça demora, e se fala muito no Brasil que a justiça tarda mas não falha, a gente espera de fato que ela tarde mas não falhe, porque o Senhor está levantando um caso de fato que nós, o bom senso indica que havendo duas empresas poderá se estipular horários para que as duas empresas pudessem trafegar em horários distintos, naturalmente fazendo a linha completa de União da Vitória, Bituruna e daí até Guapuva.

O Sr. Valdir Rossoni - É pelo que eu noto o Projeto do Deputado Neivo Beraldin não regulamenta essas situações. Então, eu não entendo porque essa polêmica, e depois se entra com um Projeto aqui na Assembléia e depois fogem do Plenário, não querem votar, isso que não dá para entender aqui nesta Casa.

O SR. HEINZ HERWIG - Deputado Valdir o que eu gostaria de fato de encaminhar é para que aprovasse o Projeto, porque esse Projeto ao invés de melhorar o atual sistema, piora; as coisas boas que ele possui ele vai piorar. E nós achamos que nós devemos, isso sim, melhorar as coisas ruins que existem no Projeto, o regulamento anterior é um regulamento de muitos anos e naturalmente deverá ser atualizado, nós achamos que deve ser atualizado através de uma discussão ampla que possa melhorar as condições de tráfego dos passageiros do Estado do Paraná. Nós acreditamos que é muito fácil você hoje ficar criticando as coisas que existem, nós que somos do interior, o Deputado Valdir eu sei que é de Bituruna, nós que vivemos nossa vida anos em Londrina, nós sabemos muito bem que muito das coisas hoje são mais fáceis, hoje se conquistou muitas coisas, as rodovias hoje no Paraná são praticamente todas pavimentadas, as condições hoje são diferentes. Claro que tem gente que critica

isso, tem Deputado que acha que a pavimentação é ruim, é porque ele mora na beira do asfalto, ele não mora na beira da poeira. Então, esse grande problema de pavimentação que tem sido feito ao longo dos anos, iniciado praticamente com o Governador Ney Braga, depois quando o Governador Jaime Canet Júnior fez um grande programa de pavimentação, continuado depois pelo José Richa, pelo Álvaro Dias, naturalmente proporcionou um bem-estar muito maior à população do Estado do Paraná para que se possa locomover a qualquer tempo. Antigamente, há dez anos passados, quinze anos passados, com uma chuva como essa ninguém se movimentava no Estado do Paraná, e naquela época ninguém queria colocar ônibus lá. Então, tem pioneiros que naquela época se dedicaram a isso, pioneiros esses que eu acho que uma parte desse transporte deve ser preservado para eles, porque é bom vocês pegar o filé mignon, eu quero ver pegar o osso. Porque eles não vão lá no Amazonas fazer transporte coletivo, na famosa Belém-Brasília, Porto Velho-Manaus, estão precisando de ônibus lá. Então, é muito fácil, eu acho que deve se pensar bem no assunto, é um assunto polêmico. Agora, eu volto a frisar, antes de encerrar eu gostaria de passar ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin - Acabo de chegar aqui neste Plenário e passei a ouvir seu discurso nas suas últimas palavras. Eu não entendi, V.Ex.^a está contra o nosso projeto?

O SR. HEINZ HERWIG - Estou. Estou contra.

O Sr. Neivo Beraldin (Aparte) - Mas Vossa Excelência quando Secretário dos Transportes do Governo Álvaro Dias foi um dos responsáveis pela Mensagem com regime de urgência, urgentíssimo, como Secretário dos Transportes do Governo Álvaro Dias. E quando eu fui reeleito Deputado e V.Ex.^a foi Deputado, V.Ex.^a me disse no seu gabinete quando fui procurá-lo, quando lhe disse que iria reapresentar o projeto em forma de lei complementar, porque era um projeto do Governo, V.Ex.^a me disse: eu assino embaixo, como assinou, porque eu fui o responsável, um dos responsáveis por esse projeto.

Eu não estou entendendo mais nada de política.

O SR. HEINZ HERWIG - O Senhor chegou atrasado por isso não está entendendo. Se o Senhor tivesse chegado no horário o Senhor tinha entendido.

O Sr. Neivo Beraldin - Não, mas só esta

parte eu acho que basta, eu acho que basta. V.Ex.^a era o Secretário dos Transportes.

O SR. HEINZ HERWIG - Não, não o Senhor chegou atrasado.

Vou dizer novamente ao Deputado Neivo Beraldin e aos Deputados que não escutaram isto. Eu falei aqui quando comecei o meu discurso que de fato eu apresentei um projeto de lei, só que o Senhor copiou só uma parte do meu projeto, Deputado Neivo Beraldin. O Senhor copiou por partes só.

O Sr. Neivo Beraldin - E onde está a outra parte se o Senhor o copiou na íntegra?

O SR. HEINZ HERWIG - Não Senhor.

O Sr. Neivo Beraldin - O Senhor quando assinou embaixo folheou folha por folha.

O SR. HEINZ HERWIG - O Senhor está totalmente equivocado.

É só comparar nos Anais aqui, é só comparar.

O Sr. Neivo Beraldin - O que é que mudou no projeto?

O SR. HEINZ HERWIG - Mudou tudo.

O Sr. Neivo Beraldin - O que é que mudou?

O SR. HEINZ HERWIG - O Senhor não acompanhou o plano de transporte. Não definiu o número de passageiros onde.

O Sr. Neivo Beraldin - ...mas V. Ex.^a cai Heinz, o Senhor me desculpe.

O SR. HEINZ HERWIG - Eu te desculpo.

O Sr. Neivo Beraldin - ...mas V.Ex.^a cai no meu conceito, porque V.Ex.^a folheou folha por folha quando assinou novamente aqui na Casa. está aqui o projeto original na Casa e V.Ex.^a é a segunda assinatura. É a minha e a sua, porque quando quis reeditar esse projeto o primeiro gabinete que visitei foi o seu, pelo respeito que V.Ex.^a tinha sido Secretário dos Transportes do Governo Álvaro Dias.

O SR. HEINZ HERWIG - O Senhor está totalmente equivocado. Mostre-me.
(Discussões paralelas).

O Sr. Neivo Beraldin - Não, não estou equivocado. Está nos autos. Está aí o projeto.

O SR. HEINZ HERWIG - O Senhor mostre e nós veremos folha por folha, por favor. Eu quando assumi esta Casa aqui.

(Discussões paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra o Deputado Heinz Herwig.

O SR. HEINZ HERWIG - Não lhe dou mais aparte. Ficha de quem eu assinei? Cadê a ficha? Traga a ficha aqui, palhaço.

O Sr. Neivo Beraldin - Não sou palhaço. São fatos. É verdade.

O SR. HEINZ HERWIG - Palhaço. Palhaço.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita aos Srs. Deputados que se mantenham dentro daquilo que estabelece o Regimento, com o devido respeito e mantendo a ordem no Plenário.

O SR. HEINZ HERWIG - É muito fácil ficar falando. Mostre as coisas. Mostre as coisas. Mostre as coisas, cara. Traz aqui. Vai buscar. Falar não, vamos mostrar as coisas.

Falei aqui...

O Sr. Neivo Beraldin - ... não precisa mostrar mais nada. Vossa Excelência já mostrou tudo.

O SR. HEINZ HERWIG - Sr. Presidente, não dou mais aparte para aquele moço lá.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Deputado, permite um aparte?

(Assentimento).

O que eu queria, Deputado Heinz, é cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz nesta Casa. Sabemos perfeitamente bem que a malha viária do Estado do Paraná tem grande débito à sua pessoa em sua passagem como Secretário dos Transportes deste Estado. Foi na sua gestão frente a Governos passados que o Paraná realmente estruturou-se em grande parte de nosso solo paranaense e temos a certeza que a sua pessoa no que se refere a transporte intermunicipal tem ao seu lado o seu trabalho, a sua verdade, principalmente o seu posicionamento dentro desta Casa em todos os assuntos pertinentes ao interesse do povo do Paraná.

E não seria nesta hora, onde os ânimos às vezes se elevam, é que não poderíamos deixar de cumprimentar a vossa pessoa e trazer a esta Casa a paz serena, tranqüila, que sempre foi a sua postura no Plenário, na tribuna e nos trabalhos frente à Pasta dos Transportes do Paraná.

Queria pedir ao Deputado Neivo Beraldin que aqui nos posicionássemos, dentro daquilo que o Regimento nos permite, aonde já com benevolência da Presidência, na pessoa do Deputado Orlando Pessuti, que

tem dado a esta Casa mostras de educação, bom senso e, principalmente o bom senso e discernimento. Mais uma vez parabéns, Deputado Heinz.

O Sr. Valdir Rossoni - V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Até para colocar aqui, estávamos discutindo, e também estou procurando entender o projeto, mas gostaria de fazer uma ressalva ao Deputado Neivo Beraldin, já que seu projeto é tão sério, por que ele não traz sua bancada para votar? Porque se o projeto é sério, os companheiros do meu partido têm o compromisso de votar comigo. Agora, não vai ser no grito que vai se fazer calar uma voz de um homem tão respeitado no Paraná inteiro. Nós aqui, como Deputados e companheiros hoje, não vamos deixar. O Sr. não está sozinho nesta briga, mas como resposta queria ouvir do Deputado Neivo Beraldin onde estão seus companheiros que fugiram do Plenário ontem e estão fugindo do Plenário hoje. Se o projeto é sério, não seria este o procedimento dos outros Deputados.

O Sr. Duílio Genari - Permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de aproveitar esta oportunidade, o Deputado Neivo Beraldin disse que o conceito perante ele não era o mesmo, quero dizer ao Deputado Heinz, pela sua experiência, pela sua sinceridade, o conceito junto ao Paraná é ainda maior pela posição que está tomado no dia de hoje. Queremos, nesta hora, defender aqueles que de fato ajudaram a construir o Paraná. Por isto que vamos estar presentes em todas as ocasiões votando contra o projeto do Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Estou solidário com Vossa Excelência. Analiso, pelo pouco tempo que estou aqui na Assembléia e que estou na vida pública, vejo que tem um projeto, que queremos votar e que nossa bancada está aqui querendo votar, este projeto faz quatro anos que está nesta Casa, pelo que a gente sente e vê é um projeto que não é muito sério, é um projeto que deixa muito a desejar. Por que não foi votado antes? Onde está a bancada que dá apoio? Saiu do Plenário ontem, hoje não está aqui. Enfim, estamos aqui para votar. Estou de acordo com tudo o que se falou e tem o nosso apoio.

O SR. HEINZ HERWIG - Obrigado. A verdade, Deputados, é que é um assunto polêmico, é um assunto que atende interesses do Paraná, porque todos os municípios do Es-

tado são atendidos de alguma maneira por alguma empresa de ônibus. Por isto temos que discutir o assunto. Posicionei-me contrário a este projeto do Deputado Neivo Beraldin. Afirmei no início de minha exposição que tinha feito um projeto quando era Governador o Álvaro Dias, do qual fui Secretário, com muito orgulho inclusive. Fui Secretário do Governador José Richa, também com muito orgulho. Não nego isto. As amizades continuam, apesar dos rompan-tes de alguns que não conseguem nem trazer seus colegas para votar este grande projeto. Sabem qual o medo, Deputados? Se for derrotado, acaba o discurso dele. Como a mídia vai dizer alguma coisa sobre seu grande projeto? Na hora em que for derrotado acabou. Por isto que não se vota.

Queremos votar. Se o projeto é bom, ótimo, vamos aprovar. Então vamos votar. O que falta para votar esse Projeto? Ele fica reclamando que faz 4 anos e depois para votar sai. Onde está a parte correta disso? Somos nós que estamos errados ou é ele que está errado. Somos nós? Ótimo. Se for ele? Vá procurar seus colegas, seus companheiros para aprovar seu Projeto. Agora, com conversa fiada aqui, negativo. Deputado Neivo, conheço muito mais de transporte coletivo do que você, muito mais.

O Sr. Élio Rusch - Permite-me um aparte? (Assentimento).

Quando assumimos uma cadeira na Assembléia Legislativa em 1991 - há pouco mais de dois anos - já ouvíamos falar na Assembléia Legislativa do Projeto do Neivo Beraldin. Com o passar do tempo, tomamos algumas situações e algumas posições a esse Projeto do Neivo Beraldin. Na época o Deputado Antônio Costenaro Neto quando ainda participava do PFL, era Relator desse Projeto o Deputado Neivo Beraldin. Temos conversado muito com o Deputado Antônio Costenaro Neto e ele nos dizia que esse era um problema já antigo na Assembléia Legislativa e que de uma ou de outra forma, mais cedo ou mais tarde teria que se chegar a uma conclusão. Ainda em 1991, ouvíamos, se não me falha a memória - em 92, o Deputado Neivo Beraldin usar a tribuna por diversas vezes na Assembléia Legislativa questionando e pedindo cumprimento o Regimento Interno em relação à CCJ que ainda não havia exarado o parecer em relação a esse Projeto.

Ainda no ano passado quando também entramos com um Projeto polêmico em relação ao Projeto do ICMS da ITAIPU BINACIONAL, o Deputado Neivo Beraldin novamente questionava a Assembléia para que fosse colocado um desfecho final em relação ao seu Projeto e pedia à Mesa da Assembléia Legislativa para que fosse incluído esse Projeto nas primeiras sessões da Assembléia. E

ainda este ano no mês de abril, o Neivo Beraldin novamente questionava da tribuna para que o Projeto fosse apreciado o mais rápido possível. Finalmente, Deputado Heinz e Srs. Deputados, a Mesa da Assembléia Legislativa resolve e inclui o Projeto na Ordem do Dia. O Deputado Neivo Beraldin retirou o Projeto já por uma ou duas vezes da Ordem do Dia e agora ele dá entrada e a sua Bancada, alguns Deputados não comparecem para votar um Projeto sério por uns e por outros talvez não. Com toda honestidade Heinz, nós que aprendemos a conhecê-lo, quando éramos adversários políticos, quando eu era Presidente da Câmara e Vereador em Marechal Cândido Rondon e o Sr. era Secretário dos Transportes do então Governador José Richa, depois do Governador Álvaro Dias e hoje, para felicidade do Paraná, o Sr. é Deputado Estadual. Sou solidário com Vossa Excelência. Sou solidário com os Deputados sérios do Paraná. Sou solidário com as empresas que ajudaram a construir este Paraná. E digo uma frase na Sessão de hoje:

"Homem que tem história é homem que tem passado. Homem que tem passado é homem que tem história!" E o Paraná não se construiu com demagogos, o Paraná se construiu com homens sérios, o Paraná se construiu com trabalhador e com empresários. E nós acima de tudo, somos paranaenses e gostaríamos que esta Assembléia fosse paranaense assim como eles foram contra a criação do Estado do Iguazu. Respeitando a sua totalidade, respeitando os homens que construíram o nosso Estado e é isso que queremos Deputado Heinz. Estou contigo em tudo em relação a esse Projeto. Obrigado.

O SR. HEINZ HERWIG - Obrigado. Com aparte o Deputado Alborghetti.

Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Acho que o Projeto tem que ser debatido. Isso é um Parlamento e nós temos que falar, temos que conversar, discutir, temos que analisar e refletir. Eu respeito esse Parlamento como respeito Vossa Excelência meu particular amigo, como respeito o Deputado Neivo Beraldin de tantos anos na Assembléia, como respeito o Deputado Algaci, e tantos companheiros desta Casa.

Mas, o importante é que realmente preocupa é o artigo 5º do projeto. Preocupa porque o artigo 5º é ditatorial, ele pode, de imediato, se aprovado, a Assembléia Legislativa vai passar em branco. E eu tenho visto aqui todos os Deputados, mais a Bancada do PT preocupada em dizer que esse Parlamento tem que ser consultado constantemente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Me-

sa comunica que seu horário está terminado. O Senhor passa a falar no horário do PTB conforme permissão do Deputado Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti (Aparte) -

Então, eu vejo constantemente, mais a oposição exigir desta Casa a sua soberania, o seu respeito, para que tudo que for determinado lá no Palácio tem que passar por este Parlamento, seja pelos Deputados que sentam do lado de cá, sejam pelos Deputados que sentam do lado de lá. Eu sinto isso constantemente na palavra do Deputado Bona Turra, Deputado Algaci, na palavra de todos os parlamentares desta Casa. Eu sinto essa preocupação. E eu acho que esse artigo 5º é uma violência. Ele tem que ser banido. Vou mais além. Existem outros artigos nesse projeto que muito preocupa transmite determinada insegurança à classe empresarial que amassou barro no Paraná. É que estabelece a aprovação da lei que todas as linhas irão ter concorrência no prazo de 6 meses.

Agora, veja bem o Senhor. Em 6 meses. Eu perguntaria ao Senhor. O que as empresas como a da minha cidade Londrina, quando a família Garcia lançou o primeiro ônibus quando não existia asfalto de Cornélio a Londrina, de Londrina a Nova Esperança, de Nova Esperança a Paranavaí? Quando não tinha asfalto, só barro nesse Paraná. Então eles investiram muito; muitos morreram fazendo estradas; muitos desciam dos ônibus para empurrar; muitos plantaram no Paraná. Então eu não me refiro só à Viação Garcia. Eu me refiro ao Expresso Nordeste, refiro-me, não me lembro de todos os nomes de todas as empresas do Paraná, mas a São José dos Campos, Princesa dos Campos, Graciosa, quantas que desbravaram a verdadeira bandeira do Estado do Paraná! Veja bem, eu pergunto se este artigo leva todas as linhas para a concorrência, em seis meses, como ficarão os investimentos que já foram plantados na terra do Paraná? Como ficarão os investimentos dos empresários que plantaram, acreditaram neste Paraná, que o Governador Roberto Requião afirma na televisão brasileira, do meu Estado, afirma nos jornais brasileiros, do meu Estado, que aqui o Brasil está dando certo?! Aqui o Brasil está dando certo?! Como é que fica o pioneiro, que comprou, que deu a sua vida, deu o seu sangue, para ajudar a crescer, a desbravar este Estado do Paraná?

Então, eu fico com a minha maneira de pensar. O projeto é ruim? Tem defeitos? Vamos sentar, vamos analisar, emendar, fazer um substitutivo, vamos deixar a violência de lado. Vamos chamar os Deputados de todas as regiões do Paraná, vamos chamar todos! Vamos nos reunir! Vamos chamar o Deputado Ovídio, o Deputado Orlando Pes-

suti, do Vale do Ivaí, vamos nos reunir! Vamos repensar! Não vamos nos agredir, nos violentar. É claro que quem fala o que quer, ouve o que não quer. Todos temos os nossos direitos. Todos aqui são Deputados e foram eleitos pelo voto soberano da democracia, que impera neste País.

É ruim, o Projeto? Tem defeitos? Vamos analisar. Vamos pensar como Vossa Excelência bem o disse. É ruim? Aonde é que está? Em qual trecho está? O artigo 5º é ruim? Vamos melhorar. O artigo ao qual me referi, sobre a concorrência, vamos extraí-lo, vamos nos preocupar, vamos analisar. Porque o Projeto chega numa hora em que realmente causa preocupação. E a preocupação não é só minha. A preocupação é do Paraná. A preocupação não é só de Vossa Excelência. É de todo o Parlamento. E nós temos que votar com a consciência livre, com a consciência de que você está votando para ajudar o povo e ajudar aqueles que ajudaram a construir o Estado do Paraná. Do jeito que está eu voto contra! Sempre! Porque na minha cidade fecharam a escola! Deixaram desempregadas mais de 700 pessoas, na rua da amargura! E ninguém foi lá para defender! Agora, eu não vou, não posso admitir...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa ao orador que usa da Tribuna que o Horário do PTB está terminado.

O Sr. Duílio Genari - Eu gostaria de ceder o Horário do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência passa a falar no Horário do PFL, mediante autorização do Deputado Duílio Genari, por 7 minutos e meio.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti (Aparte) - Agora, eu não posso permitir que venham fechar, que venham acabar com a geração de mais de 4 mil empregos que a Viação Garcia oferece aos trabalhadores da minha cidade! Não. Não pode parar e hoje é uma das grandes empresas do Brasil e orgulho do transporte Nacional, orgulho do transporte brasileiro, como também são as demais empresas desse País. Então, a minha preocupação Deputado é a geração de empregos, nós temos é que aplicar naquilo que nós temos no Paraná, aplicar aqui, porque antes ninguém se preocupava com isso, quando era o barro; hoje que é asfalto é muito fácil.

Muito obrigado.

O SR. HEINZ HERWIG - Obrigado Deputado. Só para concluir então eu gostaria de dar a minha modesta opinião, como alguém ligado ao setor, que se aprovado esse Projeto

nós vamos ao invés de melhorar o transporte de passageiros no Estado do Paraná, vamos piorá-lo de uma maneira bem sensível. Deixo aos meus Pares, aos Deputados, a solução para este projeto, cada um vai votar com a sua consciência e vai achar o que é melhor para o nosso Estado.

Falei que gostaria de falar sobre um outro assunto. Gostaria de falar para aquele vagabundo lá atrás, Paulo Pedron, você mesmo vagabundo, você mesmo Paulo Pedron, vagabundo, vagabundo...

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Não é possível dirigir-se a um membro da imprensa, jornalista, dessa maneira, vamos manter o nível desta Casa de discursos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Eu solicito ao Deputado Heinz que se atente às disposições regimentais, a exemplo do que já pedimos por ocasião do outro pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. HEINZ HERWIG - É Deputado o moço lá? Você falou aqui no jornal paspalhão, tem uma coisa que não admito que ninguém faça, e muito mais um sem-vergonha como você. Você tem um jornal que pode falar todo dia, e cada vez que você falar, vai receber o troco aqui, eu já te falei isso, paspalhão.

Tem uma coisa que se chama honra, e essa eu tenho e você não tem, e não é você que vai tirar isso nosso, ignorante. Mutreta é o que você faz ou quer fazer, aqui não juju, aqui não, a coisa está mais em baixo! Afirmar, coitado do Deputado Nelson Justus e Hermas Brandão que não têm nada a ver com o Projeto da venda das ações da TELEPAR, nada, absolutamente nada. "São interessados no Projeto". Só porque eles são do Bloco Independente, não vão tomar uma posição do Partido. Não se preocupa não. Não tem nada a ver com o Projeto. O Projeto se você não sabe ignorante, foi assinado por mim e pelo Deputado Renato Adur a pedido do Governador. Agora dizer que é bobagem você manter uma série de ações guardadas na gaveta, que não gera um único emprego, o Deputado Alborghetti falou há pouco, o que nós fizemos nesse Paraná o que é? É geração de emprego, nós precisamos salvar vidas. E não existe nenhuma obra mais importante neste Estado economicamente do que a Ponte de Guaíra, nenhuma; a Ponte de Guaíra, no Oeste do Estado, vai permitir trazer a economia para a zona de influência do Paraná ao Mato Grosso, para que o Mato Grosso do Sul e o Mato Grosso possam exportar os seus produtos através do Porto de Paranaguá. Isso que é importante, isso é economia. Agora, esses caras que ficam o dia inteiro na Boca Maldita pensam que sabem alguma coisa

do Paraná, como se a Boca Maldita sentisse coisa, como se estrada fosse coisa ruim. Estrada foi feita para empreiteiro, doença foi feita para médico. O analfabeto foi feito para educador. A dor de dente foi feita para o dentista. Então as estradas foram construídas por engenheiros, sim Senhor. Eles que fazem isto, sim Senhor. Não sei se você sabia.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita ao nobre jornalista que se mantenha com o devido respeito a este Parlamento, no local que lhe é reservado. Não é permitido interpelar o Deputado que está na Tribuna, a não ser outro Deputado.

O SR. HEINZ HERWIG - Deputado Pessuti, estou respondendo a coisa escrita aqui, escrita, assinada por um cara aí que se diz jornalista, e antes que alguém diga que estou falando mal de todos os jornalistas citei o nome.

Quero dizer a este pseudo jornalista que tenho honra, sim senhor. Por incrível que pareça sou até cidadão honorário do Paraná, numa deferência toda especial do Deputado Antônio Annibelli. Uma honra que o senhor não sabe o que é. O senhor vai ter que aprender muito ainda. E se você pensa que sou mole como alguns outros aí, o Sr. está enganado. Já conquistei muito mais que você na minha vida. Comecei como engenheiro de estradas amassando barro no interior, fiscal de obras, supervisor de obras, fui chefe de distrito, cheguei até diretor do DER, fui diretor de obras, diretor geral do DER, aí por beneficiência dos Governadores fui até Secretário dos Transportes, três Governos. O Governador Richa saiu, o único Secretário que ficou fui eu. Será que foi algum demérito meu?

O Sr. Nelson Justus - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado Heinz? (Assentimento)

Eu quero nesta oportunidade, Deputado, solidarizar-me com Vossa Excelência, ratificar tudo aquilo que já foi dito e tudo aquilo que se sabe do Deputado Heinz Herwig pelas suas atividades...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência comunica ao orador que está na Tribuna que o horário do PFL que lhe foi concedido está terminado. Concede um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O Sr. Nelson Justus - Eu me valho nesta oportunidade, Senhor Presidente, do horário do PL que me é cedido aqui no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não

tem nenhum representante do PL neste momento.

O Sr. Nelson Justus - Então eu concluo num minuto, Presidente.

Apenas para dizer que não está em jogo evidentemente e não se julga aqui um homem do quilate do Deputado Heinz Herwig, de maneira nenhuma. E ratifico tudo aquilo que foi dito, Deputado, mas infelizmente, não é só aqui, em toda a sociedade existem o que nós chamamos de riparofiliacus humanus (?), pessoas verdadeiros escaravelhos que vêem o mal em tudo o que os cerca. Essas pessoas cheiram mal, fedem, à sua volta tudo cheira mal, tudo está errado, não vêem o lado bom, não existem para eles pessoas honestas, é difícil encontrar pessoas honestas porque aquelas que os cercam não o são.

Por esta razão, Deputado, não se julga, de maneira nenhuma, a idoneidade de alguém que tem uma folha corrida de serviços prestados ao nosso Estado.

Solidarizo-me com Vossa Excelência. Sinto realmente que Vossa Excelência esteja nervoso e num impulso fira às vezes até a integridade de algumas pessoas, mas em nome da defesa deste Parlamento nós não podemos jamais admitir que fique sem resposta atitudes isoladas de irresponsáveis da imprensa que denigam a imagem de pessoas e homens de bem como Vossa Excelência. E me incluo, tenho a coragem e o pudor de me incluir entre elas, assim como o Deputado Hermas Brandão.

O SR. HEINZ HERWIG - Obrigado. Para concluir então, Senhor Presidente, gostaria de deixar aqui o meu alerta e dizer ao pseudo jornalista que não tenho medo de você não, não tenho medo de imprensa, já conquistei muito mais do que um dia pensei conquistar. E a minha honra você não vai atingir impunemente não. E tenho certeza que aqui os 54 Deputados, todos eleitos pelo povo, todos representando alguém neste Estado do Paraná. Uns de um lado, da direita, da esquerda, do centro, todos representando alguém, sua comunidade, seu círculo de amizades ou quem quer que sejam, mas todos estão aqui no intuito de ajudar o Estado do Paraná e é para isso que estamos aqui. Discutimos, divergimos, mas a honra de um Deputado aqui está em jogo e não é você que vai atingir essa honra, não. A todos os Deputados o meu muito obrigado. Minhas desculpas mais uma vez pelo dasabafo, mas não agüento ser chamado de "mutreteiro". "Rei da mutreta" é dose para cavalo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças, a palavra está com o Partido Progressista.

A palavra está concedida ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço inicialmente a deferência que a Bancada do Partido Progressista nos fez para que pudéssemos colocar a posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores nesse debate, uma vez que em seguida, o companheiro Ovídio fará uso do horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Confesso que é impossível resistir a esse debate. Hoje ainda recebi, de representantes de um instituto de pesquisa, um levantamento feito na Assembleia do Paraná, dando conta de que 86% dos Parlamentares desta Casa são favoráveis ao programa de privatização do Governo Federal, ou seja, 86% defendem que o Estado se retire da economia, que haja liberdade de mercado e assim por diante.

É interessante, mas se torna contraditório agora, vendo a posição esposada aqui por muitos Deputados que ostentam, inclusive, o título de liberais e que se auto-definem como Deputados liberais. Li atentamente um documento do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo do Paraná, onde questionava o rótulo de monopólio, que segundo eles, a imprensa vinha lhe imputando, ao próprio Deputado Neivo, e assim por diante. Efetivamente concordo. No Paraná nós não temos monopólio do transporte coletivo. O que nós temos, são cartórios.

Quero dizer mais. O projeto do Deputado Neivo, no nosso entendimento, não é um projeto que poderia se denominar avançado. Por isso nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores estamos entendendo que é fundamental que se vote em primeira discussão o projeto do Deputado Neivo, para possibilitar em segunda discussão, a apresentação de emendas.

Digo isso porque, por exemplo, nós entendemos que o Estado do Paraná deve ter na sua regulamentação da questão do transporte, como principal modalidade para a execução do serviço público, a permissão e não a concessão. Por que a permissão? Porque a permissão permite ao Estado manter um controle maior sobre as linhas e permite ao Estado ter um contrato com maior fragilidade que quando for interesse público possa alterar esses contratos, o que não ocorre na modalidade da concessão. Nós precisamos modernizar o transporte.

Agora, acho um absurdo que aqueles que criticam a intervenção do Estado na economia, que defendem a privatização das empresas estatais no nosso governo, dediquem-se hoje a defender cartéis sob o argumento de direitos adquiridos. Que capitalismo é esse sem risco? É preciso dar alguma garantia às empresas para que façam

seus investimentos sim, mas é preciso abrir a concorrência a bem do interesse público. É preciso que muitas vezes uma empresa opere uma linha, até para que haja uma qualificação de serviços, para que uma possa oferecer ao usuário vantagens maiores do que a outra. Quem ganhará? Ganhará o usuário e essa é obrigação da Assembleia Legislativa do Paraná. Ouvi o posicionamento do Deputado Alborghetti, preocupado com a situação da Empresa Garcia que operou muitos anos.

Pois bem, não me consta que vamos acabar com a Empresa Garcia. O que me consta é que a empresa, tendo uma boa qualidade de serviço, uma boa frota, oferecendo serviço por um preço compatível, ela terá assegurada a vitória numa eventual concorrência pública? Se a Empresa Garcia perder uma linha aqui, certamente ganhará outra acolá. Mais do que isso, o Deputado Heinz, com muita razão, questiona a inexistência de um plano de transporte, mas por que não colocar no substitutivo que esse plano deverá ser elaborado pelo governo e enviado em mensagem à Assembleia Legislativa até para que a gente possa alterar e controlar. Mas tudo isso somente será possível se o projeto do Deputado Neivo for aprovado em 1ª discussão. Se esse projeto for rejeitado no dia de hoje, seriam necessários 28 assinaturas para que o tema voltasse a ser discutido e aí eu faço uma indagação. E se alguma empresa esteja querendo operar uma linha com uma qualidade de serviço melhor a um preço menor? Pelas regras atuais não pode.

Então, que capitalismo é esse? Volto a insistir num tema fundamental. Sobretudo está em jogo o direito do usuário do transporte. Este deve ser o pensamento dos Deputados Estaduais quando forem analisar essa questão e é possível compatibilizar o serviço prestado pelas empresas no seu direito legítimo de operar com a sua margem de lucro, terem a sua atividade respeitada, mas abrir, modernizar o sistema de transporte intermunicipal do Paraná.

Precisamos submeter esse transporte à concorrência sim. Tivemos diversos exemplos aqui no Estado do Paraná, onde se instalou a concorrência com a execução de uma mesma linha por mais de uma empresa, onde os usuários estão sendo constantemente favorecidos pela melhoria dos serviços. Não posso compreender e não quero crer que os proprietários das empresas de transporte do Paraná, possam defender a manutenção dos cartórios do transporte coletivo no Paraná. Mais do que isso. Precisamos assegurar, quando da discussão dessa lei, a criação de um órgão, representando o usuário, para que se possa ampliar os direitos do usuário. Podemos estabelecer, por exemplo, nesse regramento, que as tarifas te-

rão preço máximo, podendo as empresas oferecerem para buscarem os seus passageiros, os seus usuários, um preço menor ao fixado pelo Governo.

Então, essas são as possibilidades que teremos, se essa matéria puder ser discutida, o projeto do Deputado Neivo, emendado. Ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Heinz. Temos condições de apresentar um substitutivo como fará a Bancada do PT, certamente poderiam fazer tantos outros Deputados que têm conhecimento maior nessa questão e finalmente, teremos uma lei que seja moderna, exemplar para o Estado do Paraná. O que não podemos admitir...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V. Exa. utilizou sete minutos e meio e mais um de acréscimo.

A Mesa lhe concede mais um minuto.

O SR. ERNANI PUDELL - Quero concluir dizendo o seguinte: Srs. Deputados, acho que chegou a hora de apreciarmos em definitivo essa questão. Esse projeto, a forma como está sendo discutido nesta Casa, está permitindo que se lance suspeitas muito sérias sobre a influência do poder econômico na decisão dos Deputados Estaduais no Paraná.

Acho que a Assembléia tem que dar uma resposta à altura, tanto aqueles que escrevem nos jornais, aqueles que manifestam opiniões dos dois lados, dando conta de tentativas de suborno, coisas desta natureza, acho que a melhor forma de calar este discurso para que não paire dúvidas sobre esta Assembléia, é votarmos esta matéria o mais rapidamente possível. E, por isto, aprovar em primeira discussão o projeto do Deputado Neivo Beraldin e emendá-lo como entendermos necessário, em segunda e o mais rapidamente possível consolidarmos uma legislação que esteja de acordo com os interesses dos usuários do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças consulto o PT. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero evidentemente tratar de outro assunto que não o debatido até agora, não pela importância, mas pela necessidade. Quero falar de um assunto que interessa também ao Paraná, a toda a sociedade paranaense; não só paranaense, como brasileira e da América Latina.

A sociedade brasileira vê e assiste tantas falas sobre o chamado MERCOSUL,

que é uma integração de países a exemplo de blocos europeus e asiáticos, para solucionar os problemas econômicos, entre outros, das Nações.

Temos esta preocupação, até porque o Paraná interessa, e muito, porque o Paraná será praticamente, junto com Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os estados que confrontam territorialmente com os países que irão compor o MERCOSUL.

Tem-se colocado a perspectiva da integração latino-americana no MERCOSUL, mas até o momento não se vê muito de concreto, a não ser o MERCOSUL como um instrumento de ajuste comercial especialmente entre Brasil e Argentina. O Paraguai e o Uruguai estão num campo secundário quando se fala em MERCOSUL. O ajuste interessa aos principais grupos econômicos nacionais e internacionais dos quatro países membros do MERCOSUL.

Agora, o que não estamos podendo assistir e ver, a preocupação dos próprios Governos, e dos setores do MERCOSUL, trazer a participação e discussão, o debate deste tema com a sociedade como um todo e, principalmente, com as representações das classes trabalhadoras dos países, especialmente no Brasil.

A população como um todo podemos dizer que está afastada, possivelmente de propósito, dos debates e discussões sobre a implementação do MERCOSUL.

O afastamento premeditado dos setores sociais, principalmente sindicais de entidades das classes produtoras, principalmente do campo, e também das entidades de trabalhadores representativas dos trabalhadores urbanos, estão alheias, ou melhor, sendo alijadas, do processo de discussão do MERCOSUL.

No nosso entendimento, a organização do MERCOSUL desta forma afetará o equilíbrio entre empregados e empregadores, entre as classes empresariais e a classe trabalhadora, não só no Brasil, mas em todos os países que comporão o MERCOSUL. E poderá causar graves danos às populações dos países envolvidos. A América Latina, principalmente os países que comporão o MERCOSUL são países do 3º mundo. A concentração de rendas é gritante. Quando se trata das questões simplesmente por cima e não se procura envolver a sociedade numa questão importante e séria como esta, sem dúvida nenhuma a preocupação será muito grande como serão tratadas as questões econômicas com a sociedade como um todo. E se não será uma forma a mais de concentração de renda e exploração e criação de miséria dos países e principalmente, no nosso que hoje já é um País de miseráveis e famintos.

A integração das economias do CONE SUL não devem ser apenas um projeto a curto

prazo para assegurar condições de competitividade das grandes empresas principalmente, mas sim, num momento de uma discussão de longo prazo de discussões e disputa de mercado para que as classes produtoras e consumidoras estejam também sendo beneficiadas. Deve-se servir como um suporte de uma proposta de desenvolvimento integrado e de longo prazo que respeite o perfil histórico e cultural de cada Nação.

Para nós, falo isso porque hoje no Paraná o PT nosso Partido fará a abertura de um seminário nacional aonde aqui estão lideranças sindicais, de trabalhadores, de empresários do País inteiro para discutir as conseqüências e a implementação do MERCOSUL.

O MERCOSUL tem uma diferença profunda com os mercados comuns e organizações de países das outras partes do mundo.

Aqui, nos países de integração do MERCOSUL a grande sustentação da economia se dá nos produtos primários. Setenta e cinco por cento do total dos produtos de exportação dos países que compõem o MERCOSUL são produtos primários. Portanto, temos grandes dificuldades de competitividade com os outros países com relação aos mercados comuns. Por isso a necessidade de debates com a sociedade.

E teremos o prazer de ter hoje em Curitiba o futuro presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva na abertura do Seminário que se dará a partir das 20 horas na Reitoria da Universidade Federal do Paraná com a presença do empresário Mário Mugnani da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas Pesadas, do Secretário Internacional das Relações Internacionais do nosso partido Marco Aurélio Garcia, ex-Prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra, do Secretário Geral Nacional do Partido dos Trabalhadores Gilberto Carvalho, além de outras personalidades como o Dr. Rubens Barbosa representante do Itamarti do Governo Federal, para que após esta abertura solene hoje à noite, se continuará por dois dias o debate do MERCOSUL e sua implementação.

E assim, podemos com esses debates com a sociedade, propiciarmos um projeto e uma proposta de governo e de implementação do MERCOSUL de forma democrática para a sociedade brasileira a partir de 95 quando então, na certeza, teremos Luiz Inácio Lula da Silva presidente desta Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário do PDT, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A Bancada do PDT não tem uma posição

fechada com relação ao Projeto de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Ainda ontem nos reunimos com a Liderança do Deputado Paulo Maia, e temos sentido dentro da Bancada diversas opiniões, diversos pensamentos com relação ao Projeto de Lei.

Eu, por exemplo, tive dificuldades em aprovar o Projeto do Deputado Neivo Beraldin. E por várias razões. Uma delas é que eu não vi, até hoje, o Deputado Neivo Beraldin subir àquela tribuna e defender seu Projeto, esclarecendo os pontos positivos para uma mudança, agora, no sistema de transporte coletivo intermunicipal.

Assistimos àquele debate no Plenarinho da Assembléia, onde infelizmente mais uma vez, talvez a primeira vez em que o Deputado Neivo Beraldin foi à Tribuna para defender seu Projeto, deixou muito a desejar. Vimos, por outro lado, as colocações feitas por aqueles que defendem a manutenção do sistema.

Confesso aos Senhores que me sinto com muitas dúvidas com relação ao Projeto. Pode ser bom. Quem sabe? Mas, me pergunto, tenho em mãos um veto do Governador Alceu Colares, que não me é nada, absolutamente nada simpático, porque foi desrespeitoso ao vir aqui ao Paraná trazer a solidariedade ao Governador Roberto Requião, Governador Provisório do Paraná, em desrespeito à figura do companheiro Jaime Lerner. Mas, socorro-me dele, agora, para me utilizar deste mesmo veto, para fazer algumas colocações, porque também no Rio Grande do Sul se tentou implantar alteração do sistema transporte coletivo intermunicipal, num Projeto de Lei proposto por um Deputado daquele Parlamento e que foi vetado. E o veto foi mantido.

Dentre várias alegações, diz aqui que "este veto, ainda no que concerne ao aspecto da constitucionalidade, é flagrante o vício de iniciativa, o teor do que preceitua o artigo 82 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul".

Mais na frente, ainda, ele cita de que há uma intromissão do Poder Legislativo ao Executivo. Porque temos, aqui no Estado do Paraná, por exemplo, nós temos a Secretaria dos Transportes, temos o DSTC, que regulamenta o transporte coletivo metropolitano e intermunicipal, também. E, de repente, naquele mesmo debate, o Diretor do DSTC, que brigou um dia destes no Palácio Iguaçu, com o Sr. Doático Santos, naquele debate colocou que seria necessário criar-se um órgão que iria gerenciar este transporte e que antes da aprovação de qualquer mudança se criasse este órgão. Ninguém comentou o assunto, ninguém criou órgão nenhum. E estamos aqui atropelando uma situação que pode até resultar em problemas para o Estado do Paraná, dentro de um sistema que até agora, pelo menos,

não deixa a desejar.

Outros aspectos também que nos trazem a uma preocupação com relação a este Projeto de Lei. Temos na Casa uma Comissão de Transportes, e não há um Parecer nesse Projeto da Comissão de Transportes. Além do mais, Sr. Presidente, mesmo que se porventura vier a Assembléia e aprovar este Projeto este ano, ele não será regulamentado em menos de noventa dias. O ano que vem já estaremos em processo eleitoral e não tenho dúvida que o ex-Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, será o Governador do Estado do Paraná. Quem sabe, eu acredito que tenha o ex-Prefeito de Curitiba, meu parceiro Jaime Lerner, talvez até a intenção de aplicar, da mesma forma que aplicou em Curitiba, a modernidade no sistema de transporte coletivo, que é copiado pelo Brasil e pelo mundo inteiro, quem sabe tenha ele também a intenção de colocar a experiência de Curitiba na região metropolitana, no interior do Estado do Paraná. Vou mais além ainda, Deputado Neivo Beraldin que fez uma gracinha, que me parece até, não consegui entender a sua gracinha...

(Conversas paralelas).

Permite-me concluir, não lhe dei o aparte. Vossa Excelência não sobe à tribuna para defender o Projeto, não tem direito a apartear ninguém aqui, primeiro tem que explicar o Projeto.

Não vi até agora durante esses quatro, cinco anos que este Projeto corre pela Casa uma manifestação sequer do Governador do Estado apoiando a iniciativa do Deputado Neivo Beraldin. Não estou aqui em defesa de Plenário, nada; estou aqui colocando a minha preocupação em atropelarmos um Projeto de Lei num final já de legislatura praticamente, - porque estamos a menos de um ano e meio para encerrarmos o nosso mandato nesta Casa, - de um Projeto que de repente foi a única bandeira do Deputado Neivo Beraldin.

Então, é preciso que a Casa faça uma reflexão: se tiver que votar, vamos votar hoje o Projeto; se vai ser aprovado, ou rejeitado é outra história. Acho que estamos votando um Projeto bastante complicado, cheio de irregularidades e que é preciso analisar com muito mais profundidade.

Por isso, é que me socorri, não tenho tempo suficiente, mas se não poderia aqui dizer até de muitas as razões do veto colocado pelo Governador Alceu Colares do Rio Grande do Sul em Projeto semelhante ao do Deputado Neivo Beraldin, e com as informações, que ele até tem melhorado, é menos ruim do que o Projeto do Deputado Neivo Beraldin.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Último orador inscrito no Horário das Li-

deranças, o Deputado Bona Turra do PMDB.

O SR. LUIZ H. B. TURRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O transporte coletivo intermunicipal vem regulado pela Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 146, que tem o seguinte enunciado: "Incumbe ao Poder Público na forma da lei, diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação a prestação de serviços públicos."

Lei Complementar, diz o § 1º: "disporá sobre: Inciso I - O regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato, e sua renovação e prorrogação; bem como sobre as condições de caducidade, e fiscalização, e rescisão de concessão, ou permissão. II - Os direitos dos usuários, como também Lei Complementar disporá sobre a política tarifária e a obrigação de manter serviço adequado".

O § 2º desse artigo da Constituição do Estado, art. 146, enuncia que nas delegações de novas linhas de transporte coletivo de passageiros a serem implantadas no Estado, bem como nas renovações e prorrogações das mesmas, é vedada a cláusula de exclusividade.

A polêmica ensejada pelo atual Projeto na verdade tem a sua origem no parágrafo 3º do artigo 146 da Constituição do Estado, contra o qual há a ação direta de inconstitucionalidade hoje no âmbito da alta Magistratura do País. O parágrafo 3º até agora não se viu e nem restou derrubado, nem teve declarada pela suprema Magistratura do País a sua inconstitucionalidade, e tem o seguinte enunciado: "As empresas que já prestaram contradição ao serviço de transporte coletivo de passageiros por ato delegatório de qualquer natureza, expedido pelo Estado do Paraná, e com prazo de vigência vencido, ou por vencer, fica assegurado o direito de dar continuidade aos mesmos serviços que vinham prestando mediante prorrogações ou renovações das respectivas delegações, observados os incisos do § 1º deste artigo."

Portanto é a Constituição do Estado que interpõe obstáculo à realização de licitação para todas as linhas atualmente exploradas no âmbito do Estado do Paraná.

Na reunião havida sob a Presidência do Deputado Orlando Pessuti e a Secretaria do Deputado Anibal Khury com os empresários e a comunidade interessada na matéria, tive a oportunidade de manifestar a preocupação sobre a perda do objeto próprio da discussão quando do debate em torno do Projeto de Lei do Deputado Neivo Beraldin. Entendo que o transporte coletivo intermunicipal e o seu debate se põe em três eixos temáticos fundamentais. Eixo temático nº 1 - Mo-

monitoramento, controle e apropriação de custos. Eixo temático nº 2 - Monitoramento e controle de qualidade do sistema de transporte coletivo. Eixo temático nº 3 - Procedimentos e normas licitacionais.

Se pudermos circunscrever o debate a esses três eixos temáticos: custos, qualidade e licitação, creio que vamos poder dar um passo à frente no sentido de poder fazer com que o transporte coletivo intermunicipal do Estado do Paraná seja uma referência não só no controlamento necessário dos custos, mas também de prestação de serviço adequado como também que todas as linhas sejam precedidas de prévia e necessária licitação. Esta é a argumentação que quero trazer ao Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Tramita hoje no Senado da República - e essa notícia também havia sido dada na reunião com os empresários - Projeto de Lei de autoria do então Senador hoje Ministro da Economia - Fernando Henrique Cardoso, Projeto de Lei denominado LEI DAS CONCESSÕES, que visa regular as concessões de serviços públicos de todas as áreas. Além de concessões que tramita no Senado da República põe em choque todas as concessões públicas em todos os âmbitos em que interfere na economia do Estado.

Portanto a Lei de Concessões coloca em questão o setor de telecomunicações, o setor de energia, de saneamento básico e também de transporte coletivo intermunicipal.

Se aprovada a lei do modo como tramita no Senado da República nós teremos a revogação - por força legal, da lei nacional de todas as concessões havidas pelo Poder Público Nacional, Estadual e também Municipal. De modo que o Projeto de Lei do Deputado Neivo que deverá ser votado hoje ou nos próximos dias, tem o objetivo claro e simples. Sendo matéria de legislação complementar é óbvio que o Projeto de Lei do Deputado Neivo não tem o condão nem a força de revogar um artigo contra o qual há ação direta de inconstitucionalidade. Porque na verdade contraria preceito constitucional federal e também estadual que faz preceder todos os serviços a necessária licitação, mas que sem a necessária declaração do Supremo Tribunal Federal - instância última que pode declarar a inconstitucionalidade desse artigo, anulando-o, não tem a lei, se aprovada nesta Casa, a possibilidade ou força de revogar, de anular e cancelar as concessões hoje vigentes no Estado.

De modo então, Deputado Heinz Herwig, a questão que me parece deveria ser esclarecida e que é preliminar, é de que a aprovação do Projeto de Lei do Deputado Neivo Beraldin não revoga o artigo da Constituição do Estado, contra o qual se

insurgem consumidores do Estado, e contra o qual se insurgem forças políticas do Estado, representadas neste Parlamento.

Portanto, ainda que aprovado o Projeto de Lei do Deputado Neivo Beraldin, as empresas que hoje estão operando por força desse dispositivo constitucional continuarão operando até que o Supremo Tribunal Federal se pronuncie sobre a matéria, sobre a constitucionalidade ou sobre a inconstitucionalidade desse artigo da Constituição.

De modo que não vejo nesta medida as razões...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa que o horário da Liderança do PMDB está terminado e concedo um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Não vejo, portanto as razões para que a polêmica se ponha no tempo presente, até porque a regular a matéria, além do regulamento próprio do setor que data de 74, há também o Código de Defesa do Consumidor, há a Lei nº 8485/87, aprovada por esta Casa naquele ano e que diz da estrutura organizacional do Estado, e tramita no Senado Federal a Lei de Concessões, para além da Lei nº 8666 que diz dos exigíveis procedimentos licitacionais para concessão dos serviços públicos.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, creio que é preciso desideologizar este debate, é preciso que nós possamos fazer com que o sistema de transporte coletivo possa se comportar e se conformar na função de um novo regulamento que pode nascer deste debate nesta Casa, sem que as paixões se coloquem acima dos interesses públicos.

Ponho esta posição preliminar, Senhor Presidente, e aí encerro o meu pronunciamento para que na semana que vem nós possamos aprofundar nas fases seguintes de discussão deste projeto e sobretudo para assinalar que estas posições e estas teses venham defender no interior da bancada do PMDB que é a quem incumbe ao lado das demais Bancadas o debate sobre esta matéria para que nós possamos ter votação de lei nesta Casa na função dos interesses públicos onde se incluem os interesses dos passageiros e do empresariado do Estado do Paraná.

Creio, esta Casa tem condições políticas e técnicas de votar um projeto de alta qualidade que signifique melhora na qualidade do sistema que é infinitamente inferior às necessidades do Estado.

E registro, com a condescendência da Presidência da Casa, o que fiz registrar na reunião que tivemos no Plenarinho desta

Casa. Registro que o sistema de transporte coletivo é infinitamente inferior, bastando assinalar que dos quase oitocentos mil trabalhadores volantes do Estado, dos quase oitocentos mil trabalhadores volantes no Estado, apenas trinta mil trabalhadores volantes são transportados por veículos registrados junto ao Departamento competente do Estado. Só este dado faz demonstrar que o que se disputa é uma faixa de mercado infinitamente menor do que as necessidades que tem o Estado de um transporte de massas de qualidade e com controles públicos.

O transporte que aí está é um transporte infinitamente inferior às necessidades e esta uma temática, uma das temáticas que quero voltar a tratar na próxima semana quando nós fizermos as demais fases da discussão deste projeto.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Só para registrar a presença no nosso Plenário, do Vereador de Curitiba, Jorge Miguel Samek, e do ex-Vereador de Capaneva, Carlos Carboni, Coordenador do nosso Partido na região sudoeste, que honram esta Casa com suas presenças nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente, devidamente apoiada. Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Senhores Deputados.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a preferência para a discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 044/91 constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, requer

ainda, a votação nominal para o referido Projeto. Prejudicado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, com apoio dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando seja adiada por 2 (duas) Sessões a Proposição nº 045/93 - Veto apostado ao Projeto de Lei nº 183/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. Prejudicado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requiro a verificação de votação.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

25 Senhores Deputados respondem a chamada. Não há "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 261/93, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE. Autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a instalar no Município de Paranaguá, uma Delegacia da Mulher. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.O.P.T.C.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 77, de 15.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 261/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Lourenço Fregonese, o Projeto de Lei nº 261/93, ora sendo analisado por este relator, visa autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a instalar no Município de Paranaguá uma Delegacia Especializada da Mulher.

Como resultado do exame proferido, nada foi encontrado que impedisse a normal tramitação do plano de lei ora em pauta.

Tal fato, e mais, o caráter meramente autorizatório do presente, levam este relator a emitir parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 261/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Lourenço Fregoneze, o presente Plano de Lei objetiva autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, instalar no Município de Paranaguá, uma Delegacia da Mulher.

Analisada a proposta pela Comissão de Constituição e Justiça sob o seu aspecto legal, recebeu desta parecer favorável.

Esta Comissão não encontrou nenhum impedimento a sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Isto posto, nosso parecer é favorável a aprovação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.93

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 261/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Lourenço Fregoneze, o Projeto de Lei n° 261/93, visa autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Paranaguá.

Analisada a proposta pelas Comissões de Constituição e Justiça e Segurança Pública sob o seu aspecto legal, recebeu destas pareceres favoráveis para sua normal tramitação.

Visto que a matéria não fere os princípios legais e constitucionais, esta douta Comissão dá seu parecer favorável para sua tramitação, e posterior aprovação pelo Plenário deste Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 372/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Pirai do Sul - Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.O.P.T.C. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 104 de 04.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 372/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Djalma de Almeida César, o Projeto de Lei n° 372/93, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Pirai do Sul.

Da análise do referido projeto, em razão de tratar-se de medida meramente auto-

rizatória, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 372/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher, no Município de Pirai do Sul visa priorizar o atendimento às mulheres do Município acima citado, dando-lhes assim uma melhor assistência em eventuais ocorrências policiais, pelo que, nosso parecer também é favorável, recomendando a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.93

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

DOMINGOS CARVALHO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 372/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, o Projeto de Lei n° 372/93, visa autorizar o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Pirai do Sul.

Analisada a proposta pelas Comissões de Constituição e Justiça e Segurança Pública sob o aspecto legal, recebeu destas, pareceres favoráveis para sua tramitação normal.

Visto que a matéria não fere os princípios legais e constitucionais, esta douta Comissão dá seu parecer favorável para sua normal tramitação, e posterior aprovação pelo Plenário deste Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 417/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. (Liga o Distrito de Boa Esperança ao Município de São Jorge do Patrocínio). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 111, de 17.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 417/93

P A R E C E R:

Trata-se de Proposição que objetiva "autorizar" o Poder Executivo a estadualizar a rodovia "que liga o Distrito de Boa Esperança ao Município de São Jorge do Pa-

trocínio".

Um reparo só de técnica legislativa na parte descritiva do projeto.

É "que o Distrito de Boa Esperança se localiza no Município de Pérola e daí se estende até a sede do Município de São Jorge do Patrocínio".

Fora disso inexiste óbice de natureza regimental, legal e constitucional, vez que o projeto é simplesmente autorizatório e quanto a questão do interesse público sua definição cabe ao Poder Executivo pro-latar.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 417/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei do nobre Deputado Nilton Barbosa que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o Distrito de Boa Esperança no Município de Pérola até a sede do Município de São Jorge do Patrocínio, esta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, fazendo um levantamento, constatou que a referida rodovia já é estadualizada em toda sua extensão, começando no entroncamento da Rodovia PR-487, até a sede do Município de São Jorge do Patrocínio, tendo como denominação "Rodovia PR-587", constando inclusive no Mapa Rodoviário do Estado do Paraná.

Desta forma, esta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, solicita o arquivamento do Projeto de Lei nº 417/93, tendo em vista que do ponto regimental e constitucional, o mesmo fica impedido de sua tramitação normal por este Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 429/93, de autoria do Deputado ANTONIO COSTENARO NETO. Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Kaloré. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 115, de 23.08.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 429/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Antônio Costenaro, o Projeto de Lei nº 429/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI no Município de Kaloré.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender ao que dispõe a Lei nº 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento nº 3623 de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3624 de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3629 de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, com apoio dos Srs. Deputados Luiz Carlos Zuk, Rossoni, Lourenço Fregonese, Cezar Silvestri e Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Os demais requerimentos ficam com discussão e votação adiada para a Sessão da próxima segunda-feira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para, segunda-feira, dia 27 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 023 e 043/93;

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 273/92 e 021, 108, 209, 275, 333, 359, 383, 391, 397, 400, 412, 419, 420, 422, 423, 424, 426, 431, 433, 436, 440, 441, 443, 448, 450, 452, 456, 457, 462/93;

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 044/91; e dos Projetos de Lei nºs 181, 261, 372, 417 e 429/93;

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 250, 454, 455, 460, 521, 522, 523, 524 e 525/93.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 283/93

mandar pagar a WILMA BATISTA ROSAS, viúva do ex-Deputado Estadual Eurico Batista Rosas, falecido em 05 de julho de 1993, pensão mensal, de acordo com a Lei n° 4763, de 05 de novembro de 1963, e Art. 3° do Decreto Legislativo n° 180, de 18 de maio de 1964; e, nos termos da Resolução n° 052, de 25 de novembro de 1982.

(Protoc.n° 7566)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 19.08.93

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 284/93

CONSIDERANDO - o infausto passamento do Senhor HORÁCIO VARGAS, ex-Deputado Estadual, ocorrido em data de 01 de setembro do corrente ano, na Cidade de Ponta Grossa;

CONSIDERANDO - a importância das contribuições prestadas ao Estado do Paraná em vida;

CONSIDERANDO - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para este Poder Legislativo e para a sociedade paranaense, dada a sua promissora carreira de homem público, como Deputado Estadual, sempre voltado para as aspirações da comunidade;

R E S O L V E:

Artigo Único - A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, guardará luto oficial, por três (3) dias, a contar desta data, como expressão de pesar, pelo falecimento, do ilustre Senhor Horácio Vargas.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 285/93

mandar reajustar os proventos de inatividade de CLOVIS FREITAS, matrícula n° 173, funcionário aposentado deste Poder, com base no valor correspondente a remuneração da Simbologia D.A.S.-5, acrescida de gratificação de representação concernente, nos termos do art.2°, da Lei n° 8124/85, dos artigos 1° e 2° da Lei Complementar n° 21/84, e do Decreto Legislativo n° 52/84; cinco (05) triênios de acordo com o art. 4° e parágrafo 1° da Resolução n° 02/64 e Proposição n° 66/83; cinco (05) quinquênios, de acordo com a Lei n° 6.174/70, e em seu Art. 170, parágrafo único, calculados de conformidade com a Proposição n° 7894/91 do Tribunal de Contas do Estado; cinco (05) adicionais de acordo com o Art. 171 e parágrafo 1° da Lei n° 6174/70, e art. 37, inciso XIV da Constituição Federal; e cinquenta por cento (50%) de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com o Art. 13, da Lei n° 8069/84, resultando em proventos mensais no valor de CR\$ 84.969,43 (oitenta e quatro mil, novecentos e sessenta e nove cruzeiros reais e quarenta e três centavos), e perfazendo um total de CR\$ 1.019.561,16 (Hum milhão, dezenove mil, quinhentos e sessenta e hum cruzeiros reais e dezesseis centavos).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 286/93

I - exonerar, a pedido, TÂNIA CRISTINA GASPAS DE ANDRADE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio, a partir de 1° de setembro de 1993;

II - prover, TÂNIA CRISTINA GASPAS DE ANDRADE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio, a partir de 1° de setembro de 1993;

III - prover, ONDINA STORI RIBAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio, a partir de 1° de setembro de 1993;

IV - prover, ANTÔNIO FERNANDES CRUZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio, a partir de 1° de setembro de 1993.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 287/93

I - exonerar, a pedido, MÁRCIA MARIA RIBEIRO DO NASCIMENTO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1° de setembro de 1993;

II - prover, VALDECIR SOARES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1° de setembro de 1993.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 288/93

I - exonerar, a pedido, MARGIT REGINA DE OLIVEIRA SOARES CAMPELO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1° de setembro de 1993;

II - prover, ANA CRISTINA FREITAS QUEIROZ PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1° de setembro de 1993.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 289/93

I - exonerar, a pedido, MARLY APARECIDA SANZOVO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1° de setembro de 1993;

II - prover, LEONY CECÍLIA BACHMANN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1° de setembro de 1993.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 290/93

I - exonerar, a pedido, NELSON FARIA LINS D'ALBUQUERQUE JUNIOR, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1° de setembro de 1993;

II - exonerar, a pedido, LAURO JOSÉ DE PAULA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G,

do Gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de setembro de 1993;

III - prover, LAURO JOSÉ DE PAULA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de setembro de 1993;

IV - autorizar LAURO JOSÉ DE PAULA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na Base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de setembro de 1993, de acordo com o Art. 177 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

V - prover, NELSON FARIA LINS D'ALBUQUERQUE JUNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de setembro de 1993.

(Protoc. nº 9078)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 291/93

I - exonerar, a pedido, EDSON DALOSKI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de setembro de 1993;

II - exonerar, a pedido, CARLOS AUGUSTO DE JESUS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de setembro de 1993;

III - exonerar, a pedido, JAIME TADEU DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de setembro de 1993;

IV - prover, JAIME TADEU DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de setembro de 1993.

(Protoc. nº 9207)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 292/93

I - exonerar, a pedido, CATARINA FERREIRA RAMOS, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de setembro de 1993;

II - prover, PATRÍCIA MARTINS DO PRADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de setembro de 1993.

(Protoc. nº 9575)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 1º.09.93

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 293/93

I - exonerar, a pedido, ROGÉRIO LACERDA AZZOLINI, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Oswaldo Trevisan, a partir de 1º de setembro de 1993;

II - prover, ROGÉRIO LACERDA AZZOLINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Oswaldo Trevisan, a partir de 1º de setembro de 1993;

III - prover, CLÁUDIO TROMBINI BERNARDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Oswaldo

Trevisan, a partir de 1º de setembro de 1993.

(Protoc. nº 9715)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 294/93

I - exonerar, a pedido, IDA ROCHA SILVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1º de setembro de 1993;

II - exonerar, a pedido, JORGE LEANDRO LOBE, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1º de setembro de 1993;

III - exonerar, a pedido, GENTIL ÂNGELO SPIASSA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1º de setembro de 1993;

IV - prover, GENTIL ÂNGELO SPIASSA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1º de setembro de 1993;

V - prover, JOSÉ AUGUSTO TORTATO DE MELLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1º de setembro de 1993;

VI - prover, JORGE PEDRO DOS REIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1º de setembro de 1993;

VII - autorizar JORGE PEDRO DOS REIS, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre o seu vencimento básico, a partir de 1º de setembro de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VIII - prover, MARIA APARECIDA DA SILVA REIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1º de setembro de 1993.

(Protoc. nº 9850)

Palácio "XIX de Dezembro", em 03.09.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 295/93

I - exonerar, a pedido, VERA APARECIDA PACHECO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de setembro de 1993;

II - exonerar, a pedido, SANDRA MARA FERRARI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de setembro de 1993;

III - prover, ROSALDO NEVES TEIXEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de setembro de 1993;

IV - prover, ROBSON TEIXEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de setembro de 1993.

(Protoc. nº 9888)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 296/93

I - exonerar, a pedido, PAULO ROBERTO ALBERTI, do cargo em Comissão, símbolo

1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de setembro de 1993;

II - prover, TEREZA ODETE GUILHERME, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de setembro de 1993.

(Protoc. nº 9942)

Palácio "XIX de Dezembro", em 10.09.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 297/93

I - exonerar, a pedido, MARIA DO ROCIO KLINGELFUS SILVÉRIO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de setembro de 1993;

II - exonerar, a pedido, EVANDRO JOECI BORGES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de setembro de 1993;

III - prover, EVANDRO JOECI BORGES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de setembro de 1993;

IV - prover, LUIZ HENRIQUE SCHULTZE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de setembro de 1993.

(Protoc. nº 9970)

Palácio "XIX de Dezembro", em 13.09.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 298/93

I - exonerar, a pedido, SÍLVIO RENE CUNHA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana, a partir de 1º de setembro de 1993;

II - prover, SÍLVIO RENE CUNHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana a partir de 1º de setembro de 1993;

III - prover, MIGUEL MARCELO CÉSAR STADLER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana, a partir de 1º de setembro de 1993.

(Protoc. nº 9987)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 299/93

I - exonerar, a pedido, ORLANDO CARNEIRO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de setembro de 1993;

II - prover, IZOLDA MOZER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de setembro de 1993.

(Protoc. nº 9985)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 300/93

I - exonerar, a pedido, REGINA LUBKE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Ga-

binete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de setembro de 1993;

II - exonerar, a pedido, MARIA APARECIDA NUNES DE ANDRADE, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de setembro de 1993;

III - prover, MARIA APARECIDA NUNES DE ANDRADE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de setembro de 1993;

IV - prover, EDUARDO NERY DA FONSECA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de setembro de 1993.

(Protoc. nº 10000)

Palácio "XIX de Dezembro", em 14.09.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 301/93

I - exonerar, a pedido, JONNY TOBIAS BASSU, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de setembro de 1993;

II - exonerar, a pedido, ANA INES DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de setembro de 1993;

III - exonerar, a pedido, LUIZ FERNANDO ESTECHE, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de setembro de 1993;

IV - prover, LUIZ FERNANDO ESTECHE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de setembro de 1993;

V - autorizar LUIZ FERNANDO ESTECHE, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre o seu vencimento básico, a partir de 1º de setembro de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VI - prover, CARLOS AUGUSTO DE JESUS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de setembro de 1993;

VII - prover, CESAR MARTIN SONDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de setembro de 1993;

VIII - prover, ENIO RODRIGUES DA ROSA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de setembro de 1993.

(Protoc. nº 10199)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 302/93

I - exonerar, a pedido, ANDRÉA CANDEU, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Lourenço Fregonese, a partir de 1º de setembro de 1993;

II - prover, ANDRÉA CANDEU, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Lourenço Fregonese, a partir de 1º de setembro de 1993;

III- prover, JESUÍNO BONVIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Lourenço Fregone-se, a partir de 1º de setembro de 1993.
(Prot. n° 10295).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 303/93
conceder a PAULA GREIFFO COUTINHO, matrícula n° 004, ocupante do cargo de Consultor Técnico- "A"- NU 2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do parágrafo único do art. 247, da Lei n° 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o segundo (2º) quinquênio, compreendido entre 16 de setembro de 1986 a 16 de julho de 1991, antecipado em razão das férias de 1988, contadas em dobro.
(Prot. n° 9458).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 304/93
conceder aposentadoria, a pedido, a ANNA CHRISTINA SOUZA, matrícula n° 553, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual; Art. 140, incisos I e III da Lei n° 6174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação inerente à Simbologia 1-F; cinco (05) triênios de acordo com o Art. 4º e parágrafo 1º, da Resolução n° 02/64 e Proposição n° 66/83; cinco (05) quinquênios de acordo com o Art. 170 e parágrafo único, da Lei n° 6174/70; cinco (05) adicionais de acordo com o Art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal, e Resoluções n° 7893/91 e 4347/92 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 1º da Lei n° 6794/76, com nova redação dada pelo Art. 6º, da Lei Complementar n° 21/84, e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo n° 229/85, resultando em proventos mensais no valor de CR\$ 21.488,37 (vinte e um mil, quatrocentos e oitenta e oito cruzeiros reais e trinta e sete centavos), e perfazendo um total anual de CR\$ 257.860,44 (duzentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e sessenta e quatro cruzeiros reais e quarenta e quatro centavos).

(Prot. n° 3417).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 15.09.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 305/93
I - exonerar, a pedido MARIA ELIZABETE CARDOSO DA COSTA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Partido Progressista - P.P., a partir de 1º de setembro de 1993;

II - prover, JAIME DOMINGUES BRITO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Partido Progressista- P.P., a partir de 1º de setembro de 1993. 2505
(Prot. n° 10.315).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 306/93

I - exonerar, a pedido, FLÁVIO BRAGA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de setembro de 1993;

II - prover, NELSON LUIZ FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de setembro de 1993.
(Prot. n° 10.324).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 307/93

I - exonerar, a pedido, PAULO CÉSAR ALCANTARA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de setembro de 1993;

II - prover, ROSELI MARIA ZOTTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Arthur Ritti, a partir de 1º de setembro de 1993.
(Prot. n° 10.434).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 308/93

Art. 1º - Conceder aos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, reajustes em seus vencimentos, a partir de 1º de setembro de 1993, conforme especifica;

I - Trinta e cinco por cento (35%), aos servidores Efetivos, Inativos, Regime Jurídico Único, C.L.T., e as pensões pagas por este Poder Legislativo, a qualquer título.

Art. 2º - Os cargos em Comissão e a Gratificação de Representação de Gabinete, ficam fixados nos valores constantes do Anexo I.

Art. 3º - Reajustar em vinte por cento (20%), o vencimento básico do Procurador e Consultor Técnico às Comissões deste Poder.

Art. 4º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em CR\$ 101, 54 (cento e um cruzeiros reais e cinquenta e quatro centavos).

Art. 5º - O valor da Gratificação de Produtividade, fica fixado em CR\$ 789,73 (setecentos e oitenta e nove cruzeiros reais e setenta e três centavos).

Art. 6º - Reajustar em trinta e oito por cento (38%) o valor da Função Gratificada.